

TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO NA FEIRA DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, SÃO LUIS-MA.

Jeane Pires Amorim¹
Livia Maria Lima de Jesus²

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a precarização e a informalidade do trabalho na feira do bairro São Francisco em São Luís, MA. O trabalho é o processo no qual o homem transforma a natureza em produtos que atendem às suas necessidades. No mundo atual o capitalismo revela de forma brusca a sua força destrutiva para com esse verdadeiro sentido do trabalho. O trabalhador é substituído pelas novas tecnologias, excluído do processo de produção e descartado pela crescente ampliação do capital, levado pela necessidade de se manter ocupado e gerar renda para a sua reprodução e de sua família, encontram o setor de atividade informal como “via de escape”. Um dos espaços públicos onde essas atividades podem ser detectadas em um alto grau e variedades são as feiras. A feira organiza-se em rede de relações sociais, na qual se mistura diferentes formas alternativas de ocupação: quitandas de feirantes e vendedores ambulantes, vendendo todo tipo de produto.

Palavras chave: informalidade, precarização, trabalho.

INTRODUÇÃO

O trabalho consiste na relação entre o homem e a natureza, pois é da natureza que ele retira tudo, tanto para suprir as suas necessidades quanto excedente, ou seja, o trabalho permite ao homem ir além de suas necessidades imediatas, e também garante a reprodução dos seres humano, nele há produção do novo. (Marx, 1985)

O objetivo do presente trabalho é discutir sobre a precarização e a informalidade do trabalho na feira do bairro São Francisco, em São Luís, MA. Trata-se de uma pesquisa que visa compreender as diferentes formas que a classe trabalhadora produz para sua subsistência e de sua família. Participaram da pesquisa

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, jeanepa@hotmail.com

² Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, liviamaria97@outlook.com

20 feirantes que atuam na feira, destes 13 comercializam seus produtos em boxes e bancas na parte interna da feira e 7 em barracas na parte externa da feira.

As observações obtidas em trabalho de campo, produção e análise de imagens fotográficas, obtenção de dados primários, e referencial bibliográfico, constituem o arcabouço técnico-metodológico da pesquisa.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

A intensificação do modelo capitalista de produção entre as décadas de 1930 a 1980 rendeu ao Brasil uma mudança econômica e demográfica. Essas mudanças se deram em razão do processo de industrialização nacional, quer pela instalação de inúmeras indústrias nos grandes centros urbanos, quer pela crescente mecanização da produção no campo.

O Estado assumiu um papel interventor na economia, adotando políticas macroeconômicas visando o aumento da produção nacional, tais como “o subsídio cambial para as importações de equipamentos para a indústria, a expansão do crédito a taxas negativas de juros e a política alfandegária protecionista, tudo no intuito de fazer da empresa industrial o epicentro do sistema” (HORTA, 2010, p. 15).

Essa política intervencionista, a *priori*, chegou a reduzir o número de trabalhadores atuando no setor informal. Entre as décadas de 40 a 80 “a cada dez postos de trabalho abertos no país, oito eram assalariados, sendo sete com carteira assinada” (POCHMANN, 2012). Ainda na década de 70, o Brasil manteve uma média elevada de crescimento anual, o que levou ao chamado “milagre brasileiro”. Conforme sustenta (Hisi 2011) “os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II, resultaram no ‘milagre brasileiro’, marcando um período de forte crescimento (7% ao ano, em média) da economia nacional”.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA



Mas, por outro lado, essa expansão capitalista também teve como consequência, historicamente observada, tal qual ocorreu em outros países que se industrializaram, a migração da população rural brasileira para os grandes centros urbanos do país. Assim, as oportunidades de emprego não mais acompanharam o aumento populacional nas grandes cidades em decorrência do êxodo rural.

Esse cenário de desemprego se intensificou, mais precisamente, da década de oitenta em diante, após o processo de industrialização e o consequente crescimento econômico perderem o ritmo acelerado de outrora. Tratou-se de um período de aprofundamento da crise econômica com severas oscilações inflacionárias, levando o governo a criar vários planos fracassados, tais como: Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano de Verão e Plano Collor. Consequentemente, a recessão atingiu o mercado de trabalho a partir da diminuição dos empregos industriais. Em razão disso, como bem elucidada (Gomes 2002), esse período ficou conhecido como a “década perdida”.

A derrota da Frente Populista, que teve como candidato Luiz Inácio Lula da Silva, para Fernando Collor de Melo definiu a reestruturação capitalista no país, implantou de vez o neoliberalismo no país e fez surgir um espectro de superação da crise econômica. Todavia, foi com o governo Collor que “a economia sofreu um duro golpe, uma vez que foi dado um calote monumental, justamente nos elementos mais empreendedores da economia, com o sequestro da poupança” (HISI, 2011). Acusado e responsabilizado por corrupção, Collor sofreu um *impeachment* em 1992, tendo seus direitos políticos suspensos.

Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, governando o país até 1994, quando foi eleito, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sendo reeleito em 1998.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Todos assumiram o caráter neoliberal, aplicando medidas econômicas em conformidade com os ditames da famigerada globalização, abrindo-se o mercado nacional para as empresas multinacionais e para o capital estrangeiro, com um discurso ilusório de colocar este país no rol dos desenvolvidos.

Então, sob uma política de desassaliamento, através da Reforma Administrativa do Estado, com a privatização das empresas estatais, que ganharam novos padrões administrativos, como redução de funcionários visando lucro, mas que não implicou em investimentos produtivos, com a automatização dos meios de produção, que, por sua vez, diminuiu consideravelmente os postos de trabalho no setor fabril e, por fim, com os cortes de empregos públicos, tanto em decorrência das privatizações como em razão da necessidade de diminuição dos gastos públicos, conhecido por “enxugamento da folha”, criou-se um terreno fértil para germinação do desemprego e a subutilização da força de trabalho.

Tratava-se da precarização das relações de trabalho, o qual segundo (Mattoso 1999), envolve o

aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria. (Mattoso, 1999, p.08)

Como resultado, o Brasil chegou a um ponto em que, “a cada três pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, entre 1995 à 1999, somente uma conseguiu encontrar algum posto de trabalho” (SCHLINDWEIN; SHIKIDA, 2000, p.03). A necessidade de se verificar o aumento do desemprego no Brasil tem o condão de demonstrar a reformulação do trabalho para a população vítima dessa falta de emprego. Os trabalhos e atividades informais, então, despontaram como solução viável para sobrevivência da massa de desempregados nas grandes cidades.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA



Com a incapacidade do Estado em combater o desemprego e o iminente aumento da pobreza, os governantes começam a assumir uma postura populista, na qual o Estado tende a aceitar determinadas práticas e até a patrocinar as necessidades sociais mais urgentes. É nesse contexto que começamos a observar o surgimento e o aumento do exercício de atividades como diaristas, entregadores, marceneiros, pedreiros, dentre outros.

Na eclosão da mais recente crise global, este quadro se amplia ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX (Antunes, 2011). O trabalho relativamente mais formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização.

Ao que concerne à informalidade a partir da consulta em várias bibliografias, pode-se dizer que sua definição está mais atribuída a questão de ordem tributária. (Souza e Feijó 2006) definem,

[...] como aquele trabalho que o indivíduo executa sem ter acesso aos direitos trabalhistas, onde não há legalização por meios de documentos, e onde são desvinculados de qualquer empresa, abrangendo o modo de trabalho mais precário em diversos ramos. (Souza e Feijó, 2006, p.424)

Traçando uma análise sobre as diferentes formas de inserir-se no mercado informal, direcionou-se a pesquisa para a feira do bairro São Francisco, analisando os meios que fizeram com que essa parte de trabalhadores migrassem para esse setor.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



2 TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO NA FEIRA DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, SÃO LUIS-MA- análise dos dados

O espaço da pesquisa está localizado no bairro São Francisco da cidade de São Luís, considerado um dos bairros nobres da cidade, fundado na década de 60. A feira do São Francisco é composta por uma área interna coberta e dividida em box e bancas e uma área externa que fica entorno da feira que é constituída por feirantes que trabalham em barracas desmontáveis.

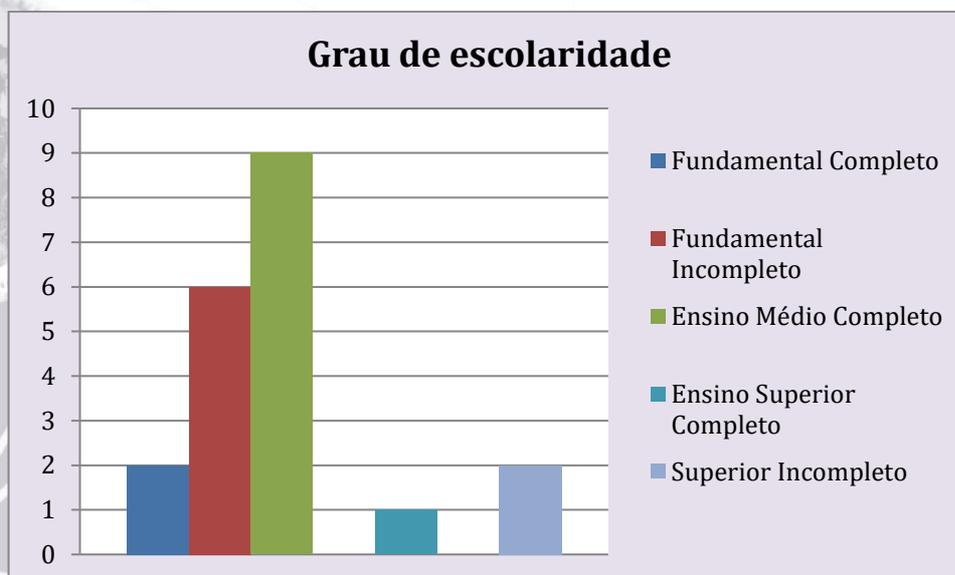
As feiras são fenômenos econômicos, sociais e culturais muito antigos, e no Brasil estão presentes desde o Período Colonial. (Chaves 2011) afirma que,

No Brasil as feiras surgiram desde a época da colonização portuguesa. No período Colonial, a população sentia a necessidade de comercializar vários gêneros tropicais, metais preciosos e produtos das mais variadas espécies. Dessa forma as pessoas se reuniam em locais pré-determinados durante certo período para suprir suas necessidades comerciais, mais também realizar atividades socioculturais. (Chaves, p. 20)

No caso da feira do São Francisco os feirantes, de modo geral, possuem origens distintas, porém justificativas semelhantes que os levaram a trabalharem na feira. A maioria tem esse trabalho como principal fonte de renda individual e/ou familiar, outros possuem outra fonte de renda tendo o trabalho da feira como renda complementar. Contudo, em entrevistas realizadas com vinte feirantes, vários fatos presentes naquele lócus comercial chamou-nos atenção.

Os gráficos a seguir sistematizam nosso debate empírico e teoricamente.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



Fonte: Elaboração das autoras
Figura 1: Grau de Escolaridade

Analisando a figura 1, dos vinte entrevistados dois possuem apenas o ensino fundamental completo, seis apenas fundamental incompleto, nove possuem médio completo, um possui superior completo e dois superior incompleto.

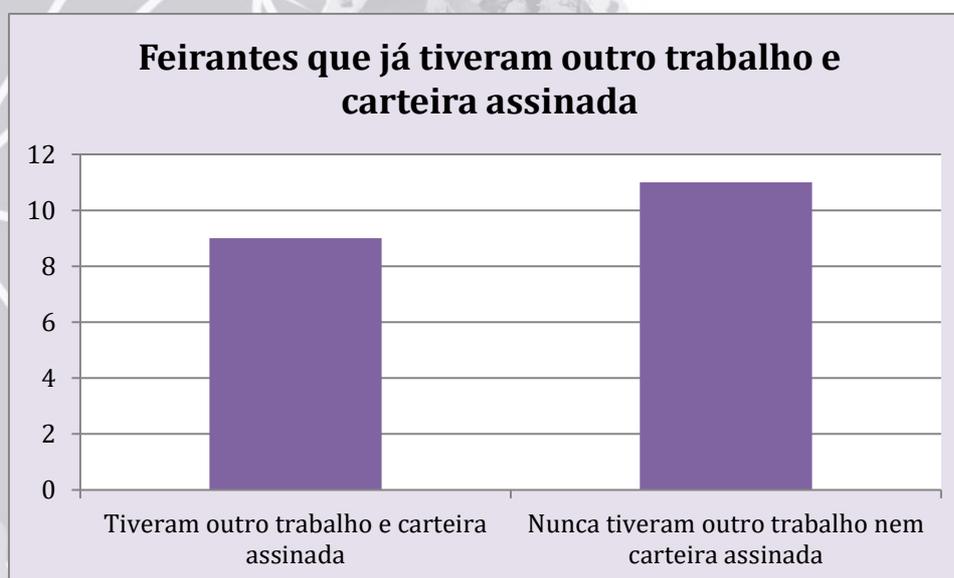
Os entrevistados que possuem apenas o ensino fundamental incompleto são os que têm entre cinquenta e cinquenta e três anos; relataram que sabem ler e escrever dificuldades, pois o acesso ao estudo na época era muito difícil, somando-se a isso as condições de vida extremamente precárias. Na entrevista realizada com o entrevistado 2³, questões candentes expostas por ele exemplificam, qualitativamente, a amostragem grau de escolaridade por feirante:

“Estudei pouco, vim do interior bem nova para trabalhar em casa de família, por conta da baixa escolaridade não consegui emprego no mercado de trabalho formal.” (Entrevistada 2,2020)

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA
3 Decidimos aqui preservar a identidade dos trabalhadores que participaram das entrevistas realizadas em trabalho de campo.

Tanto a falta de oportunidade, quanto as condições de vida desses trabalhadores e de seus familiares, justificam o baixo grau de escolaridade dos trabalhadores inseridos na feira do São Francisco.

Quando questionados se tiveram alguma vez oportunidade de ter outro trabalho e carteira assinada, dos vinte entrevistados nove disseram que tiveram outro trabalho e carteira assinada, mas não obtiveram “sucesso” nas atividades que executaram, migrando, assim, para a informalidade, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração das autoras

Figura 2: Feirantes que já tiveram outro trabalho e carteira assinada

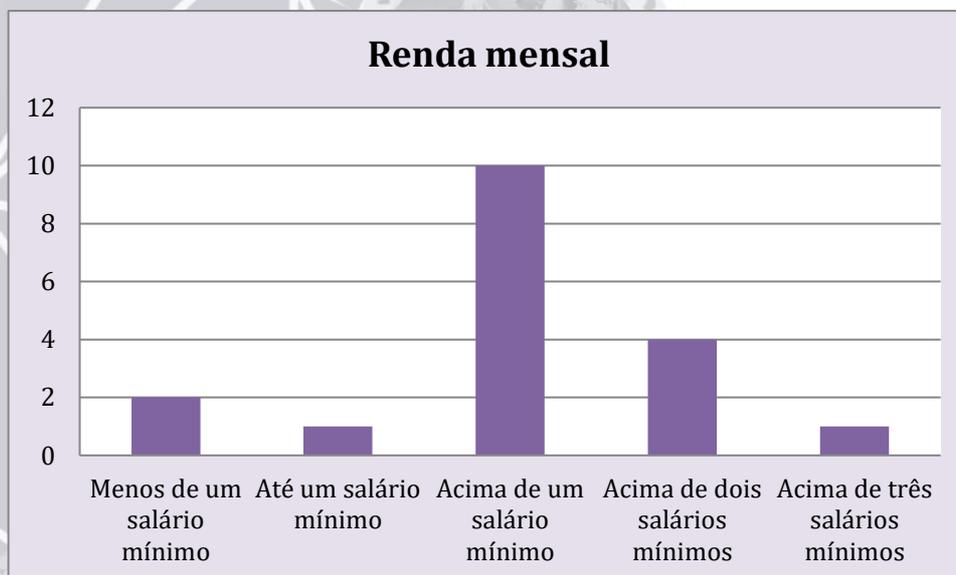
As razões pelas quais os feirantes que tiveram outro trabalho e carteira assinada saíram do mercado formal e inseriram-se na informalidade foram diversas. Uns não obtiveram êxito nos trabalhos que desenvolviam, outros foram demitidos e não conseguiram ingressar novamente na formalidade, ainda alguns desistiram pelo fato por afirmarem ganhar mais no setor informal. Dentre os entrevistados, um feirante ainda trabalha de carteira assinada.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



As razões pelas quais a maioria dos entrevistados nunca tiveram outro trabalho nem carteira assinada foi a falta de oferta de emprego dentro do mercado formal; outros não entram no mercado formal por que preferem a flexibilidade do mercado informal, mesmo sendo árdua a jornada; para alguns é mais fácil trabalhar como autônomo.

Ao serem questionados sobre a renda mensal que eles chegam a atingir por mês, obtivemos as seguintes respostas:



Fonte: Elaboração das autoras

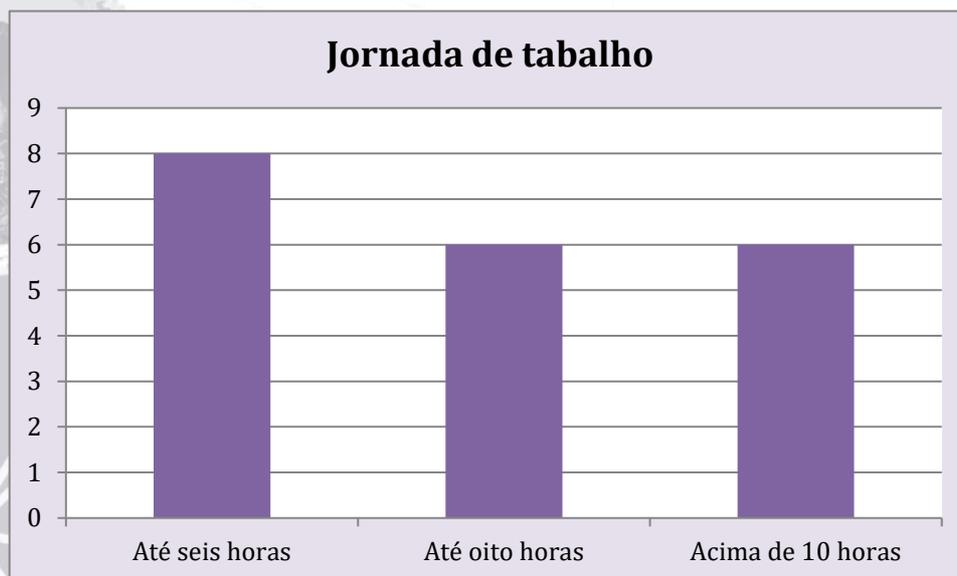
Figura 3: Renda mensal dos feirantes

Dos vinte entrevistados, dois recebem menos de um salário mínimo, dez recebem acima de um salário mínimo, um recebe até um salário mínimo, quatro acima de dois salários mínimos e um recebe acima de três salários. Dois dos entrevistados não souberam informar a renda mensal. Vejamos o que nos disse um desses dois entrevistados:

“Nem dá pra saber quanto tira no mês, tem dia que vende mais, tem dia que vende menos. Se eu faço cem reais já compro de mercadoria amanhã, e quando não consigo vender, não compro.” (Entrevistada 2, 2020)

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

A figura 4 representa a jornada de trabalho dos feirantes.



Fonte: Elaboração das autoras
Figura 4: Jornada de Trabalho

Detalhando o respectivo gráfico, oito pessoas afirmaram trabalhar até seis horas por dia, seis trabalham até oito horas e seis tem uma jornada de trabalho acima de dez horas por dia. Entre os 20 feirantes entrevistados 16 têm como único meio de renda mensal este tipo de atividade. Os outros quatro afirmaram possuir outro tipo de renda. Conforme relatos:

“Trabalho como feirante para dar continuidade ao posto que era do meu pai e aferir uma renda extra.” (Entrevistado 3,2020)

“Sou aposentada, mais o salário mínimo é insuficiente. Para ajudar no sustento da família eu trabalho aqui.” (Entrevistada 10,2020)

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E AÇÃO COLETIVA

3º ENCONTRO DO



Entre os 20 feirantes que atuam na feira, 14 pagam uma taxa para a administração da feira, os que comercializam seus produtos em boxes pagam uma taxa diária de quatro reais, os que possuem apenas bancas pagam uma taxa diária de dois reais (Figura 5). Os demais entrevistados por se localizarem na parte externa da feira não pagam nenhum tipo de taxa. (Figura 6)



Fonte: Próprio autor

Figura 5: Área externa da feira (Box e bancas)



Fonte: Próprio autor

Figura 5: Área externa da feira (Box e bancas)

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA



As reclamações mais frequentes entre os feirantes que trabalham na área interna e externa da feira são com relação à infraestrutura da feira, em dias chuvosos em minutos de chuva a feira alaga, ficando difícil o acesso para os consumidores. (Figura 7)



Fonte: Próprio autor
Figura 7: Telhado destruído pela chuva

Outro elemento de importante análise é a quantidade de feirantes que contribuem para a previdência. Dos vinte entrevistados somente um é contribuinte.

A precarização do trabalho na feira do São Francisco é definida dessa forma porque não existe regulação jurídica e nem contratos de trabalho, muito menos direitos trabalhistas mais clássicos, tais como férias, carteira de trabalho e INSS.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos e analisados no ambiente de pesquisa ficou evidente a informalidade e a precarização ao longo da feira. A ausência de regulação jurídica dos contratos de trabalho, muito menos direitos trabalhistas, tais como férias, carteira de trabalho e contribuição previdenciária, expressam o caráter informal do trabalho desenvolvido pelos feirantes.

O desemprego estrutural é uma das principais ferramentas que conduz para o crescimento da informalidade, pois há a redução de empregos, de um lado, e o alargamento do emprego informal, por outro. As pessoas continuam desenvolvendo atividades precárias para obtenção de renda, sem vínculo empregatício, trabalhando por conta própria, o que é notório na feira em questão.

Um das formas de precarização contidas no espaço dos feirantes são às más condições de trabalho, existe a carência de higiene, de organização e padronização, falta saneamento básico, infraestrutura, estacionamento, presença de odores muito fortes. A informalização e a precarização observada na feira denota, em escala microespacial, a real, situação contraditória existente entre Capital *versus* Trabalho.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP – Brasil.** 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-32.htm>>. Acesso em: 05 jan 2019

HORTA, Sílvia Moreira. **A tentativa de regulamentação dos guardadores de veículos pelo poder público: as limitações da proposta.** 2010. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/31538/M1313JU.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 dez 2019

MATTOSO, Jorge. **O BRASIL DESEMPREGADO:** Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/brasil_desempregado.pdf> Acesso em: 21 dez 2019

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

POCHMANN, Marcio. **Informalidade reconfigurada.** 2012. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/informalidade-reconfigurada-2/>> Acesso em: 20 dez 2019

SCHLINDWEIN, Madalena Maria; SHIKIDA, Pery Francisco. **Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90: implicações e panoramas econômicos.** vol. 15. N. 1. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1189> > Acesso em: 20 dez 2019

SOUZA, Augusto Carvalho; FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, DB do N. Níveis de Informalidade na economia brasileira. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 422-444, 2006.

De 21 a 24 de Janeiro de 2020 Local: CCH-UFMA